

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS

Estudo Técnico Preliminar 37/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 11000.735885/2025-44

2. Introdução

2.1. A Equipe de Planejamento designada pela Portaria SRRF10 nº 740, de 30/06/2025, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 123, de 03/07/2025, (doc. 7) elaborou os Estudos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e a IN SEGES/ME nº 98/2022.

2.2. Legislação aplicada aos serviços de limpeza e conservação:

- a) Portaria RFB nº 1.342, de 14/07/2014, que institui os Padrões Nacionais de Despesa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB, alterada pela Portaria RFB nº 354, de 23/03/2017, e pela Portaria RFB nº 894, de 15/05/2019 (doc. 8 a 8.2);
- b) Portaria Copol nº 1.502, de 05/02/2021, que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de limpeza e conservação no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB, alterada pela Portaria Copol nº 1.475, de 16/02/2022 (doc. 9 a 9.1);
- c) IN Seges/MPDG nº 5 de 25/05/2017: dispõe a contratação de serviços terceirizados para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e tem aplicação autorizada por meio da IN SEGES/ME nº 98/22 para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços fundamentados na Lei 14.133/21;
- d) Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 RS000082/2026, que estabelece salário normativo e benefícios para a categoria profissional de servente de limpeza e alpinista, CBO 5143-20, e abrange os municípios de Passo Fundo, Erechim e Carazinho;
- f) Caderno de Logística – Conta Vinculada (edição 2018), do MPDG;
- g) Outras normas aplicáveis.

2.3. Legislação aplicada às contratações de serviços, de modo geral:

- a) Lei nº 14.133, de 01/04/2021;
- b) Decreto nº 10.024, de 20/09/2019: regulamenta o Pregão Eletrônico;
- c) Decreto nº 11.430, de 08/03/2023: regulamenta a Lei nº 14.133;
- d) Decreto nº 9.450, de 28/07/2018: institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional;
- e) Portaria COPOL nº 547, de 10/12/2025: que estabeleceu as diretrizes para a gestão dos referenciais orçamentários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para o exercício financeiro de 2026;
- f) Outras normas aplicáveis.

2.4. Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

3. Descrição da necessidade

3.1 Trata-se de nova contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), a serem executados na Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo (ARF/PFO), no Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidas em Passo Fundo (DMA/PFO), na Agência da Receita Federal do Brasil em Carazinho (ARF/CRO) e na Agência da Receita Federal do Brasil em Erechim (ARF/ERE).

3.2 Atualmente os serviços de limpeza e conservação estão sendo prestados nestes locais e são oriundos do seguinte contrato: SRRF10 nº 08/2023, firmado com a empresa EMBRASG EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ nº 01.248.111/0001-84, vigente até 05/07/2026. Não obstante o contrato possuir vigência até julho de 2026, a empresa prestadora do serviço está apresentando desempenho insatisfatório, apontados em relatórios de fiscalização além de manifestações dos setores usuários apontarem recorrentes

falhas na execução dos serviços contratados. Essa situação compromete a salubridade e o adequado funcionamento das instalações públicas, impactando negativamente tanto no ambiente de trabalho dos servidores quanto no atendimento ao público. Fl. 1494

3.3. Cumpre destacar que, diante do desempenho aquém do esperado a Administração aplicou penalidades administrativas à atual contratada, conforme previsto nos dispositivos legais e contratuais vigentes. As sanções decorreram de infrações contratuais devidamente formalizadas e acompanhadas de regular processo administrativo, demonstrando que a Administração adotou todas as medidas cabíveis para correção das falhas antes de considerar a substituição da empresa. Contudo, mesmo após as penalidades, a empresa não logrou êxito em promover a melhoria substancial dos serviços, reiterando condutas que ferem os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

3.4 Dessa forma, a Administração está providenciando uma nova contratação desses serviços. A substituição da empresa visa não apenas restabelecer a qualidade dos serviços prestados, mas também assegurar o respeito aos recursos públicos, por meio da vinculação contratual a um prestador que atenda de forma plena às exigências legais, contratuais e operacionais. Tal medida está alinhada ao dever de zelo da Administração com a coisa pública e à busca contínua pela melhoria dos serviços oferecidos à sociedade

3.5 Ressalta-se que os serviços de limpeza e conservação que ora se pretende contratar são considerados essenciais para a preservação do patrimônio público, bem como para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, sistemas e equipamentos, possibilitando, desta forma, que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível, com boas condições para atendimento ao público.

3.6 A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018, publicado no DOU de 24/09/2018, que manteve a possibilidade de as unidades administrativas contratarem, de forma indireta, a prestação de diversas atividades, dentre as quais situa-se a que é objeto deste Documento.

3.7 A presente contratação está de acordo com o que dispõe a Portaria RFB nº 1.342, de 14 de julho de 2014, que institui os Padrões Nacionais de Despesa (PND) no âmbito da RFB, alterada pela Portaria RFB nº 354, de 23 de março de 2017, e pela Portaria RFB nº 894, de 15 de maio de 2019, que estabelece os índices de produtividade a serem utilizados nas contratações de serviços de limpeza e conservação, e com a Portaria Copol nº 1.502, de 05/02/2021, que estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de limpeza e conservação no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB.

3.8 A destinação de recursos para a contratação dos serviços de limpeza e conservação está prevista nos Referenciais Orçamentários para 2026, conforme estabelecido pela Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 547, de 10 de dezembro de 2025.

3.9 Cumpre destacar que se faz necessária a contratação para a execução indireta dos serviços em comento em face da inexistência de mão de obra para realização dos serviços nos quadros funcionais típicos na SRRF10.

3.10 O procedimento licitatório, do ponto de vista da Administração Pública, favorece a contratação pelo menor preço, já que a disputa obriga as eventuais licitantes a fornecerem seus serviços, no caso específico ao setor público, a preços mais vantajosos.

3.11 A economicidade poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo critério de julgamento será o “Menor Preço”.

3.12 Por todo o exposto, verifica-se a necessidade de realizar o respectivo procedimento licitatório, para contratação dos serviços em questão garantindo às unidades administrativas a prestação de serviços de qualidade, aliada ao critério de seleção da contratação que gere menor dispêndio orçamentário.

3.13 A presente contratação adotará como tratamento dos riscos, o controle interno de conta-depósito vinculada, conforme previsão constante no artigo 18, §1º, inciso I, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

3.14 Vale ressaltar que, em atenção ao mencionado dispositivo, foi editado pela SEGES/MP o Caderno de Logística contendo orientações básicas para operacionalização da Conta Vinculada, as quais deverão ser integralmente observadas pela Administração.

3.15 Saliente-se, por fim, que o art. 8º, V do Decreto nº 9.507, de 2018 prevê que em contratos continuados com dedicação exclusiva de mão de obra deve ser utilizado ou a Conta Vinculada ou o Pagamento pelo Fato Gerador, incumbindo ao Administrador, apenas, escolher entre uma das duas opções.

3.16 Em atenção ao § 2º do art. 18 da referida IN SEGES/MP nº 05/2017, a escolha do controle interno pela Conta-Depósito Vinculada se dá em função de a Administração manter convênio com o Banco do Brasil para administrar esse tipo de conta. Ademais, os fiscais de contratos da SRRF10 estão habituados a operacionalizar os contratos dessa maneira. A despeito de haver sido editado pela SEGES/MP o Caderno de Logística contendo orientações básicas para operacionalização do Pagamento pelo Fato Gerador, a Administração opta por manter o *status quo*, posto que uma mudança na forma de controle sem o adequado treinamento e tempo de maturação tem o potencial de causar riscos à contratante.

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Programação e Logística da SRRF/10ªRF	Higino Arthur Perea Schmidt

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- 5.1.1 Contratação de serviços de limpeza e conservação, com utilização de mão de obra pertencente à função de servente de limpeza, Código Brasileiro de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego nº 5143-20, e fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), de segunda a sexta-feira, a serem executados nos imóveis de uso da Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo (ARF/PFO), do Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos em Passo Fundo (DMA/PFO), da Agência da Receita Federal do Brasil em Carazinho (ARF/CRO) e da Agência da Receita federal do Brasil em Erechim (ARF/ERE).
- 5.1.2 Não haverá exigência de pessoalidade, ou seja, a Contratada tanto terá ampla liberdade de indicar os seus empregados que atuarão na prestação dos serviços, como poderá substituir os empregados conforme sua conveniência.
- 5.1.3 Prestação dos serviços com fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), o que implica vantagem para a Administração.
- 5.1.4 Importante consignar que a IN Seges/MPDG nº 5/2017, e o Caderno de Logística dos Serviços de Limpeza e Conservação consideram que os índices de produtividade foram estabelecidos levando-se em consideração uma jornada de trabalho de 44 horas semanais (8 h e 48 min por dia, de segunda a sexta-feira, ou 8 h por dia, de segunda a sexta-feira, mais 4 h no sábado) ou 220 h mensais.
- 5.1.5 O art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024, recentemente alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381, de 17 de setembro de 2025, determinam a redução da jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os serviços de limpeza e conservação, sem prejuízo da remuneração do trabalhador. Essa aplicação é excepcionada quando houver a necessidade da prestação dos serviços aos sábados ou domingos.
- 5.1.6 Logo, com a adoção de jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais no prédio da ARF/PFO, é preciso proporcionalizar os índices de produtividade estabelecidos, em conformidade com a Portaria Copol nº 1.502/2021, salvo os casos de adoção de produtividades diferenciadas.

TIPO DE ÁREA	TIPO DE PISO	PRODUTIVIDADE FIXADA
Áreas Internas	pisos frios	1.091
	almoxarifados/galpões	2.273
	áreas com espaços livres	1.364
	banheiros	273
Áreas Externas	pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	2.455
Esquadrias Externas	face externa com exposição a situação de risco	145
	face externa sem exposição a situação de risco	380

5.1.7 Considerando que alguns prédios onde os serviços serão executados as áreas físicas são menores que as estabelecidas para as produtividades proporcionalizadas, bem como a necessidade de prestação dos serviços em jornada não inferior a 4 (quatro) horas diárias para a manutenção de condições mínimas de asseio e conservação nos mencionados locais, de acordo com o disposto no item 9 do Anexo VI-B da IN Seges/MPDG nº 5/2017 e Portaria Copol nº 1.502/2021, as produtividades serão as constantes na tabela abaixo:

TIPO DE ÁREA	TIPO DE PISO	PRODUTIVIDADE FIXADA		
		DMVA/PFO	ARF/CRO	ARF/ERE
Áreas Internas	pisos frios		512	396
	almoxarifados/galpões	2.091		
	áreas com espaços livres	1.241		
	banheiros	245	143	101
Esquadrias Externas	face externa com exposição a situação de risco	145		
	face externa sem exposição a situação de risco		345	345
	face interna	345	345	345
	face externa sem exposição a situação de risco	380		
	face interna	345		

5.1.8. Nos termos do disposto no art. 3º do Anexo III da Portaria RFB nº 1.342, de 2014, as produtividades a serem adotadas na presente contratação são as fixadas pela Administração, não sendo permitida a contratação de produtividade diferente, seja inferior ou superior.

5.1.9 Os cálculos que indicam a quantidade estimada de serventes necessários encontram-se em planilha anexada ao processo e resultaram nos seguintes números:

Servente de limpeza em jornadas de:	ARF/ CRO	ARF/ ERE	ARF/ PFO	DMA/ PFO
20 h/semanais - 4 h/dia	1	1		1
37h e 30min/semanais – 7h e 53min/dia			2	
40 h/semanais - 8 h/dia			1	

5.1.10 Endereços onde os serviços serão executados:

Prédio ou unidade administrativa	Endereço
ARF/CRO	Av. Pátria, nº 230, bairro Centro, Carazinho, RS
ARF/ERE	Rua São Paulo, nº 55, bairro Centro, Erechim, RS
ARF/PFO	Rua Paissandu, nº 753, bairro Centro, Passo Fundo, RS
DMA/PFO	Rua Álvares Cabral, nº 353, bairro Petrópolis, Passo Fundo, RS

5.1.10.1 Em caso de mudança de sede de qualquer unidade, a empresa contratada deverá executar os serviços nos novos endereços, desde que localizados nos mesmos municípios.

5.1.10.2 No caso de mudança de município, os serviços poderão ser prestados por meio de negociação entre as partes.

5.1.11 A empresa contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato ou manter funcionário, de seus quadros, encarregado desta função.

5.1.11.1 A Administração exigirá que a Contratada tenha, desde a data de início de vigência do contrato até seu encerramento, um preposto indicado para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o fiscal da Contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

5.1.11.2 É requerida a disponibilidade do preposto para estreita comunicação com a contratante. Sua participação facilitará a organização das atividades e da disponibilização da mão de obra, bem como a da sua eventual substituição (na hipótese de falta ao serviço de algum trabalhador).

5.1.11.3 Apesar de não ser requerido que o preposto esteja em escritório e/ou em local geográfico próximo à sede das unidades demandantes, excepcionalmente, o preposto poderá ser convocado para reuniões, para acompanhamento de alguma atividade que requeira sua presença ou em outras situações que o fiscal do contrato considerar relevante.

5.1.11.3.1 As despesas decorrentes do deslocamento, das refeições, da hospedagem, entre outras, competem à contratada, a qual tem liberalidade de fazer constar a previsão de desembolso na Planilha de Custos e de Formação de Preços, na rubrica Custos Indiretos.

5.2 Por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

5.3 Os empregados da contratada deverão atender, dentre outros, aos seguintes requisitos mínimos:

5.3.1 Ter idade mínima de 18 anos.

5.3.2 Demonstrar competências pessoais, tais como: disposição, agir com bom senso e agilidade, demonstrar iniciativa, interesse, organização, educação, autonomia, paciência, entusiasmo, respeito, espírito de equipe, capacidade de autoavaliação, interesse no aprimoramento profissional, ser assíduo e pontual.

5.3.3 Tratar as pessoas com urbanidade e respeito, utilizando a forma de comunicação em linguagem formal, em tom moderado, sendo proibido o uso de gírias, jargões, palavrões, expressões coloquiais ou qualquer outra forma diversa da estabelecida pela Administração.

5.3.4 Guardar sigilo de documentos, assuntos tratados e informações às quais, por qualquer meio venha a ter acesso no exercício de suas funções, referentes à Administração Pública, servidores, contribuintes ou qualquer outra que, por sua natureza, não devam ser divulgados. Em caso de descumprimento do sigilo, a Administração procederá à análise e as ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera penal e civil.

5.3.5 Cumprir todas as determinações e normas estabelecidas pela legislação sobre medicina e segurança do trabalho, inclusive no tocante ao uso de EPI, se necessário.

5.3.6 Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato.

5.3.7 Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações, em especial, dos bens que utilizar no desempenho de suas funções, apontando os consertos que se fizerem necessários.

5.3.8 Obedecer às regras de higiene e asseio.

5.3.9 Apresentar-se devidamente uniformizado com as peças de vestuário limpas.

5.3.10 Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

5.3.11 Cumprir a jornada de trabalho estabelecida, sendo vedada a prestação de horas extraordinárias, exceto quando previstas contratualmente.

5.3.12 Executar a programação de atividades feita periodicamente pela Administração de forma a garantir a eficácia dos serviços prestados.

5.3.13 Executar as demais tarefas determinadas pelo preposto e que sejam compatíveis com o seu cargo.

5.3.14 Abster-se da execução de atividades alheias aos serviços do posto.

5.3.15 Comunicar imediatamente ao preposto da empresa e ao fiscal do contrato, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para as pessoas ou ao patrimônio da Administração.

5.3.16 Comunicar imediatamente ao preposto da empresa e ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.3.17 Requisitar, receber, conferir, organizar os materiais de limpeza fornecidos pela contratada, registrando o consumo sob supervisão do fiscal do contrato.

5.3.18 Registrar e controlar diariamente, a sua frequência e a pontualidade, bem como as ocorrências havidas.

5.4 Vínculo dos empregados com a contratada

5.4.1 Todos os empregados da contratada utilizados diretamente na prestação dos serviços deverão ser pertencentes ao quadro de pessoal da empresa a ser contratada, que deverá selecionar e preparar rigorosamente seus empregados para prestar os serviços.

5.4.2 Os empregados ficarão sob a inteira e exclusiva responsabilidade da empresa contratada e serão por ela designados para a execução dos serviços, conforme a categoria profissional a que pertencem, conforme consta da Convenção Coletiva de Trabalho correspondente.

5.5 Do enquadramento dos serviços

5.5.1 Os serviços de limpeza e conservação enquadram-se como serviços de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional da Receita Federal do Brasil nas unidades administrativas.

5.6 Duração inicial do contrato de prestação de serviços

5.6.1 A vigência inicial da contratação terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base nos artigos 106 e 107, da Lei 14.133, de 2021.

5.6.2. O termo inicial da prestação dos serviços será o dia indicado no termo do contrato, garantindo-se um período mínimo de 5 (cinco) dias úteis entre a assinatura do contrato e o início da prestação do serviço.

5.7 Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

5.7.1 Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços de limpeza e conservação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outras Unidades Gestoras no âmbito da Receita Federal do Brasil, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e constatou-se que a metodologia adotada está alinhada às demais contratações.

6.2 Para a contratação dos serviços em comento, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

6.3 Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6.4 A demanda é relativamente comum, sendo prestada por ampla gama de empresas que existem no mercado, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

6.5 No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

6.6 Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

6.6.1 Contratação por empreitada global, onde a empresa define o quantitativo de mão de obra, o dia e o horário de prestação dos serviços, ou seja, não se trata de serviço continuado e não utiliza mão de obra com dedicação exclusiva; e

6.6.2 Contratação em que a Administração define o horário de prestação dos serviços e a metodologia de trabalho com possibilidade de pagamento por metro quadrado de área a ser limpa ou por posto de trabalho.

6.7 Essas alternativas ainda permitem as seguintes subdivisões:

6.7.1 Com o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, inclusive os itens de limpeza de higiene pessoal (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido);

6.7.2 Com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, exceto os itens de limpeza de higiene pessoal;

6.7.3 Com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários, inclusive os itens de limpeza de higiene pessoal (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), bem como a execução de serviços especiais (limpeza de esquadrias externas com exposição à situação de risco, dedetização, desratização e controle de vetores e pragas em geral e limpeza e higienização dos reservatórios de água potável) sob demanda; e

6.7.4 Sem fornecimento de materiais.

6.7.5 Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação dos serviços de limpeza e conservação, para as quais o mercado está preparado.

6.8 Após análise das opções apresentadas pelo mercado, foi definido que convém que os serviços sejam prestados de forma indireta na forma do subitem 6.6.2 acima, com o fornecimento de materiais necessários à limpeza e conservação das áreas demandadas, inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.

6.9 Justifica-se a contratação dos serviços de limpeza com fornecimento de material (inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) pelos seguintes motivos:

6.9.1 A contratação conjunta implica vantagem para a Administração, pois:

6.9.1.1 As empresas de limpeza adquirem material em quantidade muito superior às necessidades de uma determinada unidade, visto que detêm vários contratos, podendo obter preços mais reduzidos que a Administração;

6.9.1.2 Mesmo que, somente por hipótese, a Administração pudesse realizar a compra do material por preço mais reduzido que o da contratada, deveriam ser considerados outros custos envolvidos, tais como salário e encargos dos servidores públicos que se ocupariam dessa atividade; da licitação; das publicações; de oportunidade, ou seja, realizando outras atividades mais prioritárias; de armazenagem, de transporte; de eventuais perdas; etc. Aplica-se, para o caso, a famosa frase do consultor americano Philip Kotler: *“Dá-se muita atenção ao custo de realizar algo. E nenhuma ao custo de não realizá-lo”*;

6.9.1.3 Os tipos de materiais necessários e seus quantitativos podem ser dimensionados facilmente pelas prestadoras de serviços de limpeza, ao passo que a Administração não possui rol ou especificações exaustivas para tais aquisições, e correria o risco tanto de deixar faltar como de fazer aquisições em excesso, caso optasse por efetuar as compras de material e contratar somente a prestação dos serviços;

6.9.1.4 Os materiais, em especial papel higiênico e papel toalha ocupariam uma grande área para a sua armazenagem. A Administração necessitaria disponibilizar tal área, com os correspondentes custos. Espaço este que atualmente não está disponível e que é oneroso, podendo-se chegar à situação de que o custo da armazenagem supere o custo dos produtos armazenados;

6.9.1.5 Apesar de as licitações serem planejadas, para que não haja falta de materiais (controle do estoque), mesmo assim poderiam ocorrer atrasos na entrega, bem como rejeição dos materiais por não atendimento às especificações do edital, o que provavelmente ocasionaria falta de materiais, comprometendo a continuidade da efetiva prestação do serviço;

6.9.1.6 O gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais (incluindo papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) por uma única pessoa (no caso a contratada) propicia melhor integração das atividades, com menor probabilidade de falta de materiais.

6.9.2 A grande maioria das empresas que prestam serviços de limpeza fornecem também os materiais necessários. Assim, não há diminuição da competitividade nem ofensa ao princípio da economicidade.

6.9.3 Ademais, é comum em toda a Administração Pública a contratação de serviços de limpeza em consonância com os critérios adotados na presente contratação, onde estão incluídos os pagamentos pelos serviços prestados em cada local de execução e pelos materiais efetivamente empregados.

6.10 A licitação para contratação do objeto desejado de acordo com os critérios estabelecidos, amplamente utilizados pelos órgãos e entidades públicas, amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A contratação engloba a prestação dos serviços contínuos de limpeza e conservação com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de todo material que se fizer necessário, inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido, com vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

7.2 Adicionalmente, o contrato contempla serviços especializados, tais como limpeza de esquadrias externas com exposição à situação de risco, limpeza de caixas d'água e serviços de dedetização/desratização, cuja execução ocorre de forma pontual, em periodicidade previamente estimada.

7.3 O pagamento desses serviços especializados não será mensal, estando condicionado à sua efetiva execução, mediante solicitação da Administração, comprovação da realização do serviço e atesto da fiscalização, não gerando obrigação de pagamento nos períodos em que não houver prestação

7.4 Os serviços deverão atender as Unidades da Receita Federal do Brasil localizadas nos municípios de Passo Fundo, Erechim e Carazinho e serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada.

7.5 Quanto ao fornecimento de uniformes, EPI, materiais e equipamentos, a opção escolhida é a de que a empresa terceirizada preste os serviços e forneça todos os insumos a serem utilizados pelos seus empregados.

7.6 O pagamento dos serviços utilizará a Conta Vinculada.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A definição das quantidades de serviços a serem contratados foi obtida através da aferição das áreas a serem limpas e conservadas nos locais que fazem parte do escopo da contratação por meio do dimensionamento das áreas físicas obtido com base em plantas, croquis e na medição das áreas.

Tipos de Área	ARF/PFO	DMA/PFO	ARF/CRO	ARF/ERE	ARF/LVA
Áreas Internas					
Pisos frios	1560,00		175,94	222,50	204,06
Almoxarifados/galpões	499,73	666,65			
Áreas com espaços livres	1130,60	135,00			
Banheiros	66,34	8,89	4,80	7,50	7,50
Total das Áreas Internas	3256,67	810,54	180,74	230,00	211,56
Áreas Externas					
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	214,97				
Total das Áreas Externas	214,97				
Esquadrias Externas					
Face externa com exposição a situação de risco	198,00	43,85			9,92
Face externa sem exposição a situação de risco			9,60	28	
Face interna	198,00	43,85	9,60	28	9,92
Total das Esquadrias Externas	396,00	87,70	19,20	56,00	19,84
Total das Áreas	3867,64	898,24	199,94	286,00	231,40

8.3 Abaixo segue quadro-resumo com a respectiva estimativa da jornada de trabalho dos serventes:

Servente de limpeza em jornadas de:	ARF/ CRO	ARF/ ERE	ARF/ PFO	DMA/ PFO
20 h/semanais - 4 h/dia	1	1		1
37h e 30min/semanais – 7h e 53min/dia			2	

			1	
Total de serventes por prédio	1	1	3	1

8.3.1 As jornadas de trabalho dos serventes utilizados diretamente na prestação dos serviços serão escalonadas conforme as necessidades da Administração, dentro do período considerado como trabalho diurno, a depender da unidade.

8.4 As quantidades e as especificações dos materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços foram estimadas conforme memorial de cálculo constante do processo.

8.4.1 O produto foi resultado de cálculo do consumo histórico do contrato atual das unidades demandantes.

8.4.2 Os preços estimados dos insumos, dos utensílios duráveis, equipamentos e uniformes, bem como dos serviços especializados, foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada no Painel de Preços do Governo Federal, em sítios de venda na internet e pesquisa com fornecedores locais, conforme consta do documento que explicita a Metodologia de Investigação de Preços, apêndice destes Estudos Preliminares.

8.4.3 Os materiais de consumo deverão ser estocados no local da execução dos serviços, em quantidade suficiente ao atendimento da demanda por um período aproximado de 30 (trinta) dias. A colocação e reposição dos materiais deverão ocorrer na frequência necessária, podendo a Contratada criar rotinas de suprimento diferenciadas (bimestral, trimestral, quadrimestral, etc.), mediante solicitação prévia e aprovação da fiscalização do contrato.

8.4.4 As quantidades são apenas estimadas, levando em conta as quantidades fornecidas no contrato vigente e as mudanças que ocorrerão.

8.4.5 O resultado do levantamento de insumos, uniformes, materiais, utensílios e equipamentos pode ser obtido no documento que explicita a Metodologia de Investigação de Preços, apêndice destes Estudos Preliminares, e na aba Insumos da Planilha de Custos e Formação de Preços preenchida pela Administração e que constará como anexo do edital.

8.4.6 Para que a empresa possa dimensionar o custo dos serviços de dedetização/desratização e limpeza de caixa d'água, seguem os dados dos locais:

Unidade	Área para dedetização e desratização	Dados para limpeza de caixa d'água	Área para limpeza de esquadrias externas com exposição à situação de risco
ARF PFO	3.471,64 m ²	1 reservatório de 37,665 m ³ 1 reservatórios de 35,689 m ³	198 m ²
DMVA PFO	810,54 m ²	1 reservatório de 1 m ³	43,85 m ²
ARF CRO	180,74 m ²	-	-
ARF ERE	230 m ²	-	-

8.4.7 As relações elaboradas pela Administração correspondem a uma estimativa, não exaustiva, que contempla os insumos (materiais de consumo e uniformes), equipamentos, utensílios permanentes e serviços mínimos e necessários que deverão ser fornecidos e utilizados na execução dos serviços de limpeza e conservação.

8.4.8 Os materiais de consumo (materiais de limpeza e utensílios) e equipamentos permanentes deverão atender aos requisitos especificados (uso em áreas de circulação, banheiros, divisórias, áreas envidraçadas, tampos de mesa, equipamentos de informática, etc.).

8.4.9 A quantidade estimada de material de consumo, necessária para execução dos serviços prevista nestes Estudos Preliminares, deverá ser calculada pela interessada em participar da licitação, para formação de custos e inclusão na Planilha de Custos e Formação de Preços, a partir dos dados levantados pela Administração.

8.4.10 A licitante poderá alterar a lista sugerida como lhe for conveniente, tanto os itens de material como suas quantidades e preços, de acordo com o seu próprio levantamento de necessidades e capacidade de gerenciamento de compras e estoque, bem como sua técnica de prestação dos serviços, portanto não poderá alegar erro de dimensionamento dos insumos e materiais e seus preços.

8.4.11 Havendo necessidade de utilizar determinado produto/item que não esteja na relação sugerida pela contratante, a contratada deverá fornecê-lo, não podendo alegar sua ausência na lista estimada.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 831.962,34

9.1 Em razão da edição da Instrução Normativa SEGES nº 49, de 30 de junho de 2020, DOU de 01/07/2020, que alterou a redação do art. 24 da IN nº 5/2017 e revogou diversos dispositivos da mesma IN, dos quais destacamos os seguintes a alínea "c" do item 7, o item 8 e a alínea "a" do item 11 do Anexo IX, o objeto da contratação em análise não mais está sujeito a limites de valores fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Seges/MPDG.

9.2 O preço de referência foi definido com base em planilha de custos e formação de preços preenchida pela Administração e entranhada nos autos em decorrência das peculiaridades de cada localidade, tais como os valores diferenciados da tarifa de transporte coletivo urbano e as diferentes alíquotas de ISS em cada município.

9.2.1 O valor estimado mensal da contratação é de R\$ 34.665,10 (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

9.2.2 O valor estimado para 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 831.962,34 (oitocentos e trinta e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

9.2.3 Resumo da planilha de custos e formação de preços preenchida pela Administração constante nos autos do processo:

Local de Prestação dos Serviços	Total Mensal (R\$)
ARF Passo Fundo	R\$ 27.052,35
ARF Erechim	R\$ 3.832,12
ARF Carazinho	R\$ 3.780,63
Preço mensal	R\$ 34.665,10
Preço global para os 24 meses	R\$ 831.962,34

9.3 Para preenchimento da planilha de custos e formação de preços, a Administração adotou o piso normativo para a categoria profissional conforme a apropriada CCT:

9.3.1. Utilizou-se a CCT com nº de registro RS000082/2026 e com abrangência territorial para os municípios de Passo Fundo, Carazinho e Erechim: Servente de limpeza, CBO 5143-20, salário 220 horas R\$ 1.765,86

9.3.2 Cabe destacar que a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços pela Administração permite a proporcionalização do salário normativo para o empregado que trabalha em jornada reduzida.

9.3.3 No entanto, para preenchimento da planilha, a jornada semanal dos serventes de limpeza foi reduzida de 44 horas para 40 horas semanais, sem prejuízo da remuneração do trabalhador, em conformidade ao que dispõe o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174/2024, a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381/2025, e o Parecer nº 267/2025/MF. Tal imposição deverá ser respeitada pelas licitantes em suas propostas de preços, sendo vedada a redução proporcional do salário-base.

9.3.4. A Administração adotou, para o cálculo do preço de referência, o adicional de insalubridade em grau máximo, no percentual de 40% (quarenta inteiros por cento) somente para os serventes que realizam a limpeza de banheiros públicos, conforme previsto

nas cláusulas 7ª de ambas as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis à presente contratação e que abrangem os municípios de prestação dos serviços.

9.3.5. Para os demais serventes, a Administração adotou adicional de insalubridade em grau médio, no percentual de 20% (vinte inteiros por cento).

9.3.6 A produtividade de referência adotada para cada tipo de área baseou-se nos limites superiores das produtividades de referência previstas no Anexo VI-B da IN Seges/MPDG nº 5/2017, em conformidade com o que dispõe a Portaria Copol nº 1.502/2021. Nos termos do disposto no art. 3º do Anexo III da Portaria RFB nº 1.342, de 2014, as produtividades a serem adotadas na presente contratação são as fixadas pela Administração, não sendo permitida a contratação de produtividade diferente, seja inferior ou superior.

9.4 As quantidades estimadas e as especificações dos insumos, equipamentos e serviços especializados a serem disponibilizados na prestação dos serviços foram definidas conforme memorial de cálculo constante do processo.

9.4.1 Para estimativa dos preços dos insumos, materiais e equipamentos foram tomadas consultas no Pannel de Preços do Governo Federal, adotando-se o menor valor entre a média e a mediana obtidos para cada item de insumo. Para os itens cujos valores não foram possíveis obter no Pannel de Preços, foi realizada pesquisa em sítios eletrônicos de venda na internet e adotados os preços médios obtidos para cada item de insumo.

9.4.2 Para os serviços especializados (dedetização/desratização, limpeza de caixas d'água e sistema de ancoragem ou plataforma, projetados por profissional legalmente habilitado, para possibilitar a execução dos serviços de limpeza das esquadrias externas com exposição à situação de risco) foi feita consulta na Pesquisa de Preços do Compras.gov.br e encaminhado pedido de orçamento para empresas locais, uma vez que tais serviços dependem das peculiaridades de cada prédio, como área a ser dedetizada/desratizada e quantidade, volume e material dos reservatórios de água. Para tais itens foram adotados os preços médios obtidos.

9.4.3 O resultado do levantamento dos custos dos insumos, equipamentos e serviços especializados pode ser obtido no documento que explicita a Metodologia de Investigação de Preços, apêndice destes Estudos Preliminares, e na aba Insumos da Planilha de Custos e Formação de Preços preenchida pela Administração e que constará como anexo do edital.

9.4.4 Conforme relatado no item 8, as quantidades são apenas estimadas, levando em conta as quantidades fornecidas nos contratos vigentes e as mudanças que ocorrerão. A quantidade estimada de insumos necessária para execução dos serviços prevista nestes Estudos Preliminares, deverá ser calculada pela interessada em participar da licitação, para formação de custos e inclusão na Planilha de Custos e Formação de Preços, a partir dos dados informados pela Administração.

9.5 Para a composição do custeio, a equipe de planejamento seguiu o regramento vigente, especialmente a IN Seges/MPDG nº 5/2017 e as Convenções Coletivas de Trabalho que abarcam a categoria profissional, decretos municipais pertinentes e a IN Seges/ME nº 65/2021 para a pesquisa de preços de insumos, que baliza o custeio de materiais e equipamentos. Assim, considerou-se que os preços estimados da planilha de custos e formação de preços da Administração são compatíveis com os preços praticados no mercado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A licitação se dará por itens, agrupados em um único grupo, uma vez que o objeto da presente contratação foi estruturado em itens distintos, em razão da diferença de natureza, periodicidade, forma de medição e pagamento dos serviços que o compõem, quais sejam:

10.1.1 Serviços contínuos de limpeza e conservação;

10.1.2 Limpeza de esquadrias externas;

10.1.3 Serviços de dedetização, desratização e controle de pragas; e

10.1.4 Limpeza de caixas d'água.

10.2 O parcelamento em itens distintos visa assegurar maior transparência na formação de preços, permitir a adequada medição e pagamento conforme a efetiva execução de cada tipo de serviço, bem como possibilitar o correto dimensionamento dos custos na Planilha de Custos e Formação de Preços, atendendo ao disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Não obstante o parcelamento do objeto em itens, a adjudicação será realizada em grupo único, tendo em vista que os serviços possuem caráter complementar e interdependente, sendo executados nos mesmos imóveis, sob única gestão contratual, fiscalização integrada e planejamento operacional unificado, o que favorece a eficiência administrativa e a economicidade.

10.4 Ademais, a contratação por grupo único evita a fragmentação da execução contratual, reduz riscos de incompatibilidade operacional, sobreposição de responsabilidades, dificuldades de coordenação entre diferentes contratados e aumento dos custos indiretos de gestão e fiscalização para a Administração.

10.5 Ressalta-se, ainda, que a contratação em grupo único não restringe a competitividade, uma vez que os serviços são usualmente ofertados de forma integrada pelo mercado especializado em limpeza, conservação e serviços correlatos, conforme demonstrado na pesquisa de preços realizada.

10.6 Dessa forma, o parcelamento em itens, em grupo único, mostra-se a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Os serviços que se pretende contratar estão adequadamente previstos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do órgão.

12.2 O objeto de licitação tem consonância com o planejamento estratégico da SRRF10, uma vez que ele consta anualmente de sua programação orçamentária.

12.3 A presente ação encontra respaldo nos seguintes objetivos que integram o Plano Estratégico da RFB para os exercícios de 2024 a 2027 (Portaria RFB nº 392, de 28 de dezembro de 2023, publicado no BS da RFB de 28/12/2023, Seção 1, Página 2):

12.3.1 Objetivos de Resultados: satisfação dos cidadãos com a RFB e arrecadação federal.

12.3.2 Objetivos de Processos: ampliar as ações de orientação, facilitação e assistência ao contribuinte e promover a cidadania fiscal.

12.3.3 Objetivos de Governança, Pessoas e Recursos: fortalecer a atuação da RFB e aperfeiçoar as práticas de governança, responsabilidade social e sustentabilidade.

12.4 A presente contratação também está adequada à Portaria COPOL nº 367, de 20 de fevereiro de 2024, que estabelece as diretrizes para a gestão dos referenciais orçamentários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o exercício financeiro de 2024.

12.5 Os Estudos Técnicos Preliminares levaram em consideração as disposições dos Parâmetros Institucionais Uniformes (PIU), que visam ao estabelecimento de padrões, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a contratação de serviços sob regime de execução indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra.

12.6 A SRRF10, face à responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem-estar dos administrados e à preservação do meio ambiente e do bem-estar social de forma sistemática e contínua, implementa política de responsabilidade socioambiental que visa à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a promoção da proteção social no tocante à preservação dos direitos trabalhistas dos funcionários a serem alocados no contrato. Assim, esta contratação está em sintonia com a Gestão Pública Sustentável.

13. Não Participação Empresas em Consórcio

13.1 O modelo padrão de edital de serviços continuados considerados comuns, veda a participação na licitação das empresas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

13.2 As justificativas para adoção de tal procedimento constam a seguir:

a) A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços terceirizados por meio de pregão é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

b) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade e elevado valor, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroeétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra. Não é o que ocorre com o caso concreto para serviços continuados de limpeza e conservação, considerados comuns, dispondo o mercado de inúmeras empresas para execução dos serviços. Ao contrário, a

permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

c) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado revestiu-se de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

13.3 Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas. Neste sentido, os Acórdãos 2813/2004 - Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

13.4 Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

14. Não Participação de Cooperativas

14.1 Justifica-se a adoção de tal procedimento pelas razões que seguem:

14.1.1 O objeto da presente licitação encontra-se elencado na Cláusula Primeira do Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União (processo 01082-2002-020-10-00-0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20ª Vara do Trabalho, no Distrito Federal, cuja cópia encontra-se disponível nesta repartição. O Termo acima referido, bem como o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 1.815/2003 – Plenário, publicado na Seção 1 do DOU, edição de 09/12/2003, ratificado pelo Acórdão TCU nº 724/2006 – Plenário, vedam a contratação de trabalhador, pela União, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demanda execução em estado de subordinação em relação ao prestador dos serviços, tal como no serviço objeto da presente licitação.

14.1.2 A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações, cujos objetos se enquadrem nos serviços elencados na Cláusula Primeira do Termo suprarreferido, foi confirmada no âmbito do Ministério da Fazenda pelo Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN nº 810/2011.

14.1.3 A vedação de participação de sociedades cooperativas em licitações também foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, na Suspensão de Segurança nº 1.352 – RS (2004/0063555-1), publicada no Diário da Justiça de 08/06/2004, Seção 1, página 86, onde o Presidente do STJ defere o pedido de suspensão de liminar que mantinha determinada cooperativa em certame licitatório, sendo que a Decisão menciona o Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público e a União e o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 1.815/2003 – Plenário, relatando que o TCU, no Acórdão antes referido, “já se pronunciou quanto à necessidade de todas as entidades da Administração Federal observarem a referida conciliação judicial”. Essa decisão foi confirmada por unanimidade no Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 1.352, onde do voto do Ministro Relator reproduzimos o seguinte trecho: “Desta forma, ao firmar compromisso de não contratar mão de obra através de cooperativas, o Advogado-Geral da União externou orientação a ser observada por toda a administração pública federal”.

14.2 A IN SEGES/MP nº 5/2017 que dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços, continuados ou não, no âmbito do Governo Federal, em seu art. 10, inciso I, em reforço ao todo acima exposto, dispõe:

Art. 10 A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar: I – a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

14.3 Com o advento da Lei nº 14.133/21, a Secretaria de Gestão e Inovação tornou público em <<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/comunicados/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>>, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a

15. Não Participação de Pessoas Físicas

15.1 A Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu art. 2º, a norma considera pessoa física “todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta”.

15.2 A IN SEGES/ME nº 116, de 2021, determina, em seu art. 4º, caput, que os editais ou os avisos de contratação direta possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda, de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”.

15.3 Portanto, a possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação.

15.4 Assim sendo, como a contratação em tela requer que a contratada tenha de dispor e gerenciar equipe de profissionais para mobilizá-los, não é possível a participação de pessoa física.

16. Não Adoção do Decreto nº 9.450/2018

16.1 Conforme a hipótese prevista no § 4º do art. 5º do Decreto nº 9.450/2018, onde consta “A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável” apresenta-se as seguintes justificativas para a não aplicação do mencionado diploma.

16.2 O Decreto 9.450/2018 também estabelece o seguinte:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

II - quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;

III - cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou

IV - seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

16.3 A contratação em tela ocorrerá por metro quadrado de área a ser limpa para o prédio da ARF/PFO, ARF/ERE, ARF/CRO, e DMA /PFO, e por postos de trabalho para as unidades A. Esta Administração realizou os cálculos que indicam a quantidade estimada de serventes necessários para prestação do serviço que encontra-se em planilha anexada ao processo e resultaram no número de 12 serventes de limpeza.

16.4 Caso fosse aplicado o percentual previsto no inciso I do art. 6º do Decreto 9.450/2018 para a prestação dos serviços, seria contratado 0,18 de empregado o que arredondado para um inteiro, resultaria em uma participação de 33,33% de egressos do sistema prisional na contratação. Nessa hipótese restaria superada em muito a proporção definida no mencionado Decreto para contratações de menos de duzentos empregados, restando clara a desproporção causada pela sua aplicação na presente contratação.

16.5 Deve se considerar ainda que:

16.5.1 Os serviços serão prestados em locais considerados de alto risco para a segurança de informações, documentos e bens aos quais os terceirizados teriam acesso em razão das suas atividades de rotina, podendo colocar em risco tanto o sigilo fiscal de tais documentos como o necessário ao sucesso das operações de vigilância e repressão.

16.5.2 As disposições internas dos recintos, as rotinas dos servidores e os detalhes dos locais de guarda dos bens de patrimônio e itens apreendidos devem ser mantidos sob sigilo.

16.6 Do exposto se depreende que, em face das rotinas de trabalho desenvolvidas pela Receita Federal do Brasil e do porte da contratação que se pretende efetivar, não se vislumbra a hipótese de utilização de mão de obra de egressos do sistema prisional na presente contratação, pelo que a Administração deixa de aplicar o disposto no art. 5º do Decreto 9.450/2018, fazendo uso da exceção expressa no § 4º do mesmo artigo.

17. Prazo Inicial de 24 meses

17.1 Os serviços serão contratados por meio da celebração de instrumento específico escrito de contrato que vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, admitidas prorrogações por sucessivos períodos, limitada a vigência ao prazo máximo de 10 (dez) anos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposto no inciso I do artigo 106 da Lei nº 14.133/21.

17.2 Em sendo comprovado que a prorrogação do prazo de vigência contratual é vantajosa para a Administração, será ela formalizada por meio de instrumento de aditamento contratual.

17.3 Até o advento da nova Lei de Licitações e Contratos, as contratações com prazo diverso de 12 (doze) meses haviam de ser justificadas devido à interpretação restritiva em relação ao prazo que era dada ao art. 57 da Lei nº 8.666/93.

17.4 Ocorre que esta licitação está sendo conduzida sob os ditames da Lei nº 14.133/21 que inova ao permitir que a Administração celebre contratos com prazo inicial de até 5 anos.

17.5 A Equipe de Planejamento discutiu sobre as possibilidades de prazo de contratação inicial que se abriram com o novo normativo. Poderíamos adotar prazo distinto do usual, como trinta meses ou até mesmo cinco anos.

17.6 No decorrer destes estudos, foi identificada a necessidade de estabelecimento de data de corte anual para análise de custos não renováveis. O Aviso Prévio Trabalhado e o Aviso Prévio Indenizado devem ser revisados anualmente, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 e da instrução da Coordenação Geral de Normas (CGNOR/MP). A depreciação dos equipamentos também será avaliada neste período, resguardada a avaliação da oportunidade e da conveniência pelo fiscal do contrato.

17.7 Assim sendo, a cada janela de doze meses, por meio dos instrumentos de repactuação e de prorrogação, alternadamente, os custos não renováveis do contrato poderão ser revistos. Eventualmente as revisões poderão ser revistas por meio de apostilamento exclusivo ao contrato.

17.8 Resta agora a necessidade de que se ateste a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

17.9 Para esse intento, permanecem as mesmas justificativas de outrora, quando a Administração contratava com prazo diverso dos 12 meses previsto na Lei nº 8.666/93, dado que os fundamentos permanecem os mesmos, como podemos ver nos excertos abaixo.

17.10 O Anexo IX, item 12 da IN Seges/MPDG nº 5/2017, assim como a Orientação Normativa da Advocacia-Geral da União – AGU nº 38, assim dispõem sobre o tema:

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e /ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

17.11 O Tribunal de Contas da União – TCU, enfrentou esse assunto – prazo de vigência inicial dos serviços continuados – no Acórdão nº 1.214/2013, do Plenário, onde, no Voto do Relator, ao analisar as conclusões de um Grupo de Trabalho formado para formular propostas para melhorar as licitações e contratações de serviços continuados - assim se pronunciou:

Prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de forma contínua

85. [...] Defende o grupo, entretanto, que se deva permitir que esses contratos sejam firmados desde o início por 60 meses, entendendo que "quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços."

87. [...] a principal preocupação desta Corte é evitar que a celebração de contratos por prazos muito longos (60 meses seria o caso extremo) possa colocar a administração em situação de fragilidade caso se verifiquem problemas durante a execução do contrato, notadamente em termos de qualidade na prestação dos serviços. A prorrogação a cada 12 meses seria um momento em

que a administração avaliaria a vantajosidade em se manter aquele contrato (Decisão 148/96-Plenário, Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 490/2012-Plenário 525/2012-Plenário).

88. Por outro lado, é bastante razoável o argumento trazido pelo grupo de que a contratação já por prazo mais alongado poderia permitir a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que as empresas teriam uma maior estabilidade na relação contratual. Essa segurança, entretanto, seria relativa, uma vez que o próprio grupo defende a possibilidade de a administração verificar periodicamente a necessidade, a qualidade e o preço dos serviços.

89. O que se verifica é a necessidade de equilíbrio entre dois aspectos: de um lado possibilitar à administração obter melhores preços ao firmar contratos com prazos de vigência superiores (e ainda reduzir custos administrativos para fazer eventuais prorrogações de 12 em 12 meses) e de outro possibilitar à administração avaliar periodicamente a qualidade e as condições econômicas daquela contratação e eventualmente não mais continuar a prestação dos serviços naquelas condições.

90. Com relação ao segundo aspecto, por mais que o grupo afirme que a vigência inicial de 60 meses não impede uma avaliação periódica do contrato por parte da administração, não se pode negar que é muito mais simples para a administração não prorrogar um contrato (até porque a prorrogação não se constitui direito do contratado) do que rescindir um contrato durante seu prazo de execução, medida que pode ser custosa e inclusive gerar ações judiciais.

91. [...] entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados comprazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço.

92. No processo que culminou com a prolação do Acórdão 490/2012-Plenário, por exemplo, o Tribunal entendeu legítima a fixação de um prazo inicial de 24 meses, para a contratação de serviços especializados de prevenção e de combate a incêndio e pânico, tendo em vista o argumento apresentado pela entidade contratante de que, para aquele tipo de serviço, não era conveniente uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.

17.12 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 1.386/2014 do Plenário, referente a um contrato de serviços continuados que teve o seu prazo inicial fixado por 36 meses, prorrogáveis. Assim se manifestou o Relator em seu voto:

17. Por derradeiro, impende frisar que o prazo de vigência contratual de 36 meses e a ausência de parcelamento para o objeto do certame foram devidamente esclarecidos no agravo. O prazo inicial superior a 12 meses encontra amparo na jurisprudência do TCU e foi tido como razoável para que as empresas interessadas em contratar com o poder público tivessem prazo maior para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo-se, com isso, mais atraídas pela disputa. Quanto à ausência de parcelamento, o próprio TCU já se debruçou sobre esse mesmo objeto em outra oportunidade (TC 014.248/2006-6) e concluiu pela licitude da contratação integrada (lote único).

17.13 Constata-se que a fixação do prazo de vigência originário do contrato em 24 (vinte e quatro) meses tem trazido benefícios para a Administração, inclusive projetando para o caso concreto, pois:

- 1) propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses;
- 2) permite que as licitantes adquiram materiais/uniformes/equipamentos por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato;
- 3) permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo, com isso, mais atraídas pela disputa;
- 4) reduz procedimentos de prorrogação do contrato, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos. Com a inflação controlada não há prejuízos em suprimir dois procedimentos de prorrogação;
- 5) permite uma melhor seleção dos empregados por parte da contratada, pois há a perspectiva de maior duração do contrato, o que pode se tornar um atrativo; e
- 6) os empregados da contratada ficarão com conhecimento de diversos procedimentos e de áreas restritas da Secretaria da Receita Federal, portanto, desta forma, não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços. Assim, considera-se justificado o estabelecimento de 24 (vinte e quatro) meses para o prazo inicial do contrato.

18.1 Além do disposto na Lei nº 14.133/2021, os requisitos de habilitação devem ser definidos com base Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

18.2 Em seu anexo V, a IN assim orienta os órgãos licitantes:

2.8 Critérios de seleção do fornecedor:

a) Definir os critérios de habilitação indicados para a contratação, atentando para:

a.1. analisar e identificar os critérios de qualificação econômico-financeiras a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação;

a.2. analisar e identificar os critérios de qualificação técnica a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação.

18.3 Os riscos presentes na contratação em tela são de grau elevado, em função do vulto da contratação, da essencialidade do serviço a ser prestado e do fato de que haverá mão de obra com dedicação exclusiva. Assim, deve a Administração cercar-se de cautelas na seleção dos fornecedores capazes de garantir que a futura contratada tenha condições econômicas e técnicas de executar bem o contrato, com o cumprimento de todas as suas obrigações, notadamente as técnicas, fiscais e trabalhistas. Os instrumentos para essa cautela são as exigências de habilitação previstas na legislação.

18.4 Dos atestados de qualificação técnico-operacional

18.4.1 A Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 trata do tema da seguinte forma:

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

[...]

b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

[...]

c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

[...]

10.7. No caso de contratação de serviços por postos de trabalho (alínea "c" do subitem 10.6), será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

18.4.2 A respeito do prazo de experiência no gerenciamento de serviços de terceirização, convém trazer trecho do Acórdão TCU nº 7164/2020 - Segunda Câmara, que trata sobre o tema:

10. Contudo, a adoção indiscriminada da exigência de comprovação de experiência por prazo não inferior a três anos, mesmo para contratos que preveem lapso inicial inferior, levou este Tribunal a rever seu posicionamento, para exigir que, nesses casos, a exigência deve estar respaldada por justificativa técnica fundamentada, conforme se pode observar em trecho do voto proferido pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, que resultou no Acórdão 2.870/2018-TCU Plenário, citado pelo representante na inicial, após discorrer sobre o caráter restritivo da exigência: 'Por se tratar de exigência de qualificação com potencial de restringir o caráter competitivo do certame e o desenvolvimento do setor em que se insere o objeto da contratação, a experiência anterior em lapso temporal superior ao prazo inicial do contrato deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade. Convém, também, que o órgão contratante sopesse os reflexos da restrição no desenvolvimento do setor do serviço pretendido.

18.4.3 O Acórdão 7164/2020 - Segunda Câmara, então, recomendou a órgão que promoveu licitação para contratação de serviços que:

[...] em futuros certames, abstenha-se "de exigir a comprovação de experiência pelos licitantes na execução do objeto licitado pelo prazo não inferior a 3 (três) anos, quando o prazo inicial do contrato a ser firmado for de 12 (doze) meses, sem a devida apresentação, para tanto, de percuente justificativa técnica fundamentada a partir de estudos prévios à licitação e da experiência pretérita da instituição contratante, devendo indicar ser esse lapso indispensável para assegurar a prestação dos serviços em conformidade com as necessidades específicas da instituição, por força da essencialidade, dos quantitativos, do risco e da complexidade, além das demais particularidades, ante a necessária observância dos princípios administrativos da razoabilidade, da competitividade no certame e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, além da observância à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.870/2018 e 2.785/2019, do Plenário, e do Acórdão 14.951/2018, da 1ª Câmara".

18.4.4 Também consta determinação semelhante no Acórdão 14.951/2018-1ª Câmara, também da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, nos seguintes termos:

'Para fins de qualificação técnico-operacional, pode-se exigir comprovação de experiência mínima na execução de serviços continuados semelhantes ao objeto da contratação em lapso temporal superior ao prazo inicial do contrato, desde que as circunstâncias específicas da prestação do serviço assim o exijam, o que deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada na experiência pretérita do órgão contratante e em estudos prévios à licitação'

18.4.5 Conforme justificativas expressas acima, a Administração busca exigir os requisitos mínimos e indispensáveis indicados na legislação de regência que confiram qualidade na contratação sem restringir a competitividade.

18.4.6 Como a minuta do Termo de Referência da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (Atualização: abril/2025) deixa lacuna para que cada órgão indique o prazo (subitem 8.31.1), esta Administração entende necessário e suficiente para esta contratação estabelecer o prazo de 12 (doze) meses como comprovação de experiência mínima.

18.4.7 Registra-se que, em razão das peculiaridades da presente contratação quando comparada com outros serviços de disponibilização de mão de obra, será exigida a comprovação anterior da prestação dos serviços de limpeza e conservação predial com fornecimento de materiais.

18.4.8 A contratação nos moldes preconizados envolve o fornecimento de todos os materiais, inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido, necessários para execução do serviço e não somente a disponibilização de mão de obra como comumente ocorre em contratações de serviços de apoio administrativo, recepção, copeiragem, entre outros.

18.4.9 Deste modo, além de comprovar que a empresa possui capacidade técnico-operacional para administrar empregados em postos de trabalho, deve haver comprovação de sua capacidade de gerir os insumos necessários, uma vez que está atividade envolve outras rotinas, tais como a aquisição dos itens, logística de entrega, disponibilização nas quantidades e prazos, pois a falta e/ou atrasos pode inviabilizar a prestação dos serviços de limpeza e ocasionar a paralisação dos serviços.

18.4.10 Assim, esta Administração entende que a exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão, no edital de licitação, da participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto da licitação.

18.5. Da qualificação econômico-financeira

18.5.1. A habilitação econômico-financeira objetiva investigar a saúde, a aptidão econômica da licitante/proponente para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.

18.5.2. A Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 trata do tema da seguinte forma:

11.1 Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, 26 de 32 apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) *Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:*

(...)

18.5.3. A exigência do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com fundamento no art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021, traz segurança jurídica para a Administração no sentido de reduzir os riscos de fraude ao comparar os elementos contábeis de ambos os exercícios sociais, mitigando os riscos de adulteração de informações relevantes para o cálculo de indicadores e coeficientes.

18.5.4. O capital circulante líquido revela a capacidade da empresa de transformar seus bens ou parte deles em numerário, para pagamento de salários, encargos e tributos e assim fazer frente as obrigações assumidas no contrato com disponibilização de mão de obra. Assim, indispensável exigir da licitante a comprovação de sua capacidade de honrar com dois meses de contrato de forma independente da Administração.

18.5.5. Deve a empresa demonstrar que possui capital circulante líquido igual ou superior a 2/12 avos do valor da contratação, o que equivale a 16,66%, visto que empresas com capital de giro insuficiente tendem a apresentar maior propensão à descontinuidade dos serviços, atraso no cumprimento de obrigações trabalhistas e fiscais, além de dificuldades na aquisição tempestiva de materiais e insumos. O requisito de 16,66% visa reduzir esse risco, protegendo o interesse público e evitando a necessidade de intervenções ou contratações emergenciais.

18.5.6. Por sua vez, a comprovação de percentual de patrimônio líquido visa demonstrar a relação entre o porte da empresa e o da licitação, corrigindo certa distorção observada no mercado em que empresas de menor porte assumem repentinamente contrato de maior vulto que não terão condições de cumprir. Enquanto o capital circulante líquido revela uma situação flutuante, podendo ser desconfigurada por empréstimos de médio e longo prazo, por exemplo, que indicariam uma boa situação financeira em dado momento, mas não sua dimensão real, o patrimônio líquido assegura a existência de capital próprio na empresa, o que revela a importância deste indicador.

18.5.7. A exigência de um patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação garante que a empresa contratada possua capacidade financeira para mobilizar recursos, adquirir insumos, contratar mão de obra e arcar com eventuais imprevistos durante a execução do contrato. Além disso, o objeto da presente contratação necessita o fornecimento de utensílios e equipamentos para início das atividades, o que demanda um esforço financeiro já no início do contrato, de forma que a exigência de um patrimônio líquido mínimo assegura que a empresa contratada tenha capacidade de realizar esses investimentos, garantindo a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

18.5.8. Em que pese a redação da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 exigir a comprovação de capital circulante líquido e patrimônio líquido sobre o valor estimado da contratação, é necessário lembrar que a jurisprudência do TCU é clara no sentido de que as exigências econômico-financeiras devem se ater ao valor estimado para o período de doze meses de contrato, independente da sua duração. Nesse sentido, podemos citar a recente decisão do TCU no Acórdão nº 1087/2025 – Plenário, que assim manifestou-se ao analisar a questão:

9.6. dar ciência à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Seges /MGI) do teor da presente representação, para que avalie a conveniência e oportunidade de ajustar a redação do item 11.1. b, do Anexo VII-A, da IN Seges/MP 5/2017, que prevê a exigência de que o 27 de 32 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) seja de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, no sentido de prover maior clareza informativa e/ou expedir orientações aos órgãos jurisdicionados da Administração Pública Federal Direta e Indireta quanto à observação jurisprudencial deste Tribunal acerca da matéria, que informa que para efeitos de qualificação econômico-financeira, o índice de 16,66% do Capital Circulante Líquido deve ser apurado em função do valor estimado da contratação para o período de doze meses (Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 2.763/2016- TCUPlenário, Relator Ministro Augusto Nardes, 1.335/2010-TCUPlenário, Relator Ministro José Mucio, e 2.268/2022-TCU-Plenário, Relator Ministro Antonio Anastasia), com vistas a prevenir equívocos sobre sua aplicação em relação à Lei 14.133/2021;

18.5.9. Deste modo, será exigido como condição de habilitação a comprovação de capital circulante líquido e patrimônio líquido com percentual incidindo sobre o valor estimado da contratação para o período de doze meses.

18.5.10. Quanto à análise da qualificação econômico-financeira por intermédio de índices contábeis, serão adotados os percentuais e valores usualmente utilizados nas licitações públicas: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG). A exigência de tais índices não restringe o caráter competitivo do certame e são imprescindíveis à Administração para uma contratação com o mínimo de segurança jurídica.

18.5.11. A declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado objetiva demonstrar que os compromissos já assumidos não comprometem a capacidade financeira da empresa.

18.5.12. As contratações já em andamento importam em diminuição da capacidade operativa do licitante ou absorção de disponibilidade financeira, devendo ser avaliada em função do patrimônio líquido e sua capacidade de rotação. Assim, tenta-se evitar que a empresa não tenha lastro econômico para suportar suas obrigações diante de eventuais empecilhos ou atrasos de pagamentos pelos tomadores de serviços.

18.5.13. O percentual de 1/12 avos do patrimônio líquido está diretamente ligado à hipótese de inadimplemento contratual da contratada. Nesse caso, o patrimônio líquido deve ser suficiente para cobrir um mês do valor de todos os contratos celebrados pela empresa, pois do contrário a garantia de cumprimento da obrigação perante a Administração contratante se esvairia.

19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

19.1 Destaque-se que inexistem quadros funcionais típicos na SRRF10 para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

19.2 O resultado pretendido é a disponibilização dos serviços de limpeza e conservação para os imóveis de uso das unidades administrativas, visando preservar o patrimônio público e disponibilizar aos servidores e contribuintes um ambiente limpo e saudável, o que refletirá positivamente no desempenho dos servidores bem como melhorar a imagem da RFB.

19.3 Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

20. Providências a serem Adotadas

20.1 Para a adequada prestação dos serviços, nos locais de sua prestação deverá ser disponibilizado, no mínimo, local para a guarda de materiais e acesso a sanitários. O ambiente físico deverá estar adequado até a data de início da execução do contrato, sendo responsabilidade da área de logística.

20.2 Quanto à fiscalização do contrato, a SRRF10 conta com servidores capacitados e já designados formalmente para desempenhar as atividades de fiscalização e gestão dos contratos.

21. Possíveis Impactos Ambientais

21.1 Os serviços serão conduzidos de acordo com os requisitos de sustentabilidade, observando, na condução dos trabalhos, procedimentos que minimizem os impactos ao meio ambiente, ao entorno e ao pessoal envolvido no serviço.

21.2 Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

21.2.1 Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

21.2.1.1 Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

21.2.1.1.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

21.2.1.1.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

21.2.1.1.3 Racionalização/economia no consumo de energia e água;

21.2.1.1.4 Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

21.2.1.1.5 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as

comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

21.2.1.1.6 Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

21.2.2 A contratada, além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, e das práticas de sustentabilidade, os quais levam em consideração o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pela AGU, 6ª Edição /Setembro de 2023, ainda deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

21.2.2.1 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

21.2.2.2 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

21.2.2.3 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

21.2.2.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

21.2.2.5 Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

21.2.2.6 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

21.2.2.7 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;

21.2.2.8 Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

21.2.2.9 Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

21.2.3 A contratada deverá ainda:

21.2.3.1 Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

21.2.3.2 Orientar sobre o cumprimento, por parte dos seus empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas de prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

21.2.3.3 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços;

21.2.3.4 Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

21.3 Foi consultada a página do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Fazenda no endereço [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de\[1\]gestao-de-logistica-sustentavel-pls](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de[1]gestao-de-logistica-sustentavel-pls).

21.3.1 O documento mais recente indicado no portal é o Plano de Logística Sustentável – 2019 a 2021, 2ª edição.

21.3.2 A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Órgão.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, conclui-se que **a contratação é viável**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA VICTORIA CHIODELLI

Equipe de Planejamento da Contratação

LUIS FERNANDO CANTO TEIXEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 28/04/2026 08:36:12 por BRUNA VICTORIA CHIODELLI, servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. (CÓPIA SIMPLES)

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por CHARLES BRUM THOMAS em 21/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP21.0526.11208.22US

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
036E2F5D5BFD4A2E7DC9F493442D793E6B9B4C251F692073BD95B5DB67CCAF87